

**CONGRESSO INTERNACIONAL DE SAÚDE COLETIVA:
DESAFIOS E INOVAÇÕES
A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE**

Natan Costa Silva¹, Marcos Lago Pires¹, José Mateus do Nascimento Pedroso¹, Felipe Braga Correa¹, Andreia Leite de Alencar Salgado¹

¹Universidade do Estado do Pará – UEPA(natancs.costa42@gmail.com)

Introdução: A formação do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil é resultado de um longo e complexo processo histórico, político e social. Desde os tempos coloniais, marcados pela ausência de políticas públicas de saúde e pelo predomínio de práticas empíricas e assistencialismo religioso, até o surgimento de ações sanitárias no início do século XX, a trajetória da saúde pública no país foi permeada por desigualdades e descaso estatal. A construção do SUS reflete, portanto, não apenas um marco legal, mas uma conquista política e social que visa garantir o acesso equitativo à saúde para toda a população brasileira. **Objetivo:** Analisar o processo histórico, político e social que levou à formação do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, destacando os principais marcos, desafios e transformações desde o período colonial até sua consolidação legal e institucional a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei nº 8.080/1990. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão de literatura, realizada por meio de consulta na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e na base de dados SciELO, mediante uso dos descritores: “Sistema Único de Saúde”; “Saúde Pública” e “História”. Foram incluídos apenas artigos completos, em português. Foram excluídos artigos duplicados e revisões literárias que não se enquadram nos objetivos da pesquisa. **Resultados:** A história da saúde pública no Brasil revela um percurso marcado por desigualdades, lutas sociais e avanços institucionais. No período colonial e início da industrialização, a saúde era negligenciada pelo Estado, e trabalhadores enfrentavam condições precárias. A organização operária levou à criação das Caixas de Aposentadoria e Pensão (1923) e, posteriormente, dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (1932), ainda restritos a poucos. Paralelamente, o “sanitarismo campanhista” liderado por Oswaldo Cruz focava no combate centralizado a epidemias, sem abordar de forma integral os determinantes da saúde. Com a crise do modelo previdenciário e a crescente insatisfação popular, surgiu o Movimento Sanitário, que propôs um sistema público, universal e descentralizado. A 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986) consolidou esses ideais, que culminaram na Constituição de 1988, instituindo a saúde como direito de todos e dever do Estado. A criação do SUS pela Lei nº 8.080/1990 formalizou princípios como universalidade, equidade e integralidade, organizando os serviços em redes hierarquizadas e com participação social. No entanto, o SUS ainda enfrenta desafios como subfinanciamento e gestão desigual. A Estratégia Saúde da Família e pactos federativos são tentativas de superação, reforçando que o sistema é uma construção contínua, fruto do engajamento coletivo e da luta por justiça social. **Considerações Finais:** A análise do processo histórico, político e social que levou à formação do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil evidencia que sua criação foi fruto de uma longa trajetória de lutas e transformações sociais. Desde a ausência de políticas públicas no período colonial até as iniciativas sanitárias do início do século XX, o caminho foi marcado por profundas desigualdades no acesso à saúde. Somente a partir dos movimentos sociais e das discussões promovidas pela 8ª Conferência Nacional de Saúde, nos anos 1980, que se consolidou a concepção da saúde como um direito universal e um dever do Estado. Dessa forma, a construção do SUS não é apenas uma conquista legal, mas sobretudo um avanço social e democrático, que busca assegurar a equidade e a universalização do acesso à saúde para toda a população brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: História. Sistema Único de Saúde. Saúde Pública.

EIXO TEMÁTICO: Sistemas de Saúde e Políticas Públicas

REFERÊNCIAS

AROUCA, Antônio Sérgio da Silva. O dilema preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1975.

CONCEIÇÃO, G. da S. et al. A trajetória da saúde pública no Brasil: uma revisão integrativa acerca da formação do Sistema Único de Saúde. *Revista Contribuciones a Las Ciencias Sociales*, São José dos Pinhais, v. 16, n. 11, p. 27137-27145, 2023. DOI: 10.55905/revconv.16n.11-142.

CUNHA, J. P. P. da; CUNHA, R. E. da. Sistema Único de Saúde: princípios. In: CAMPOS, F. E.; TONON, L. M.; OLIVEIRA JÚNIOR, M. de (Org.). *Caderno Planejamento e Gestão em Saúde*. Belo Horizonte: Coopmed, [s.d.]. p. 285-304. (Caderno de Saúde, 2).

PAIM, J. S. A reforma sanitária e os modelos assistenciais. In: ROUQUAYROL, M. Z. *Epidemiologia e Saúde*. 5. ed. Rio de Janeiro: Medsi, 1993. p. 455-465.

REIS, D. O.; ARAÚJO, E. C. de; CECÍLIO, L. C. de O. Políticas públicas de saúde: Sistema Único de Saúde. In: CAMPOS, F. E.; TONON, L. M.; OLIVEIRA JÚNIOR, M. de (Org.). *Planejamento e Gestão em Saúde*. Belo Horizonte: Coopmed, [s.d.]. (Caderno de Saúde, 2).